



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Setor de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2022 RP Nº 036/2022

TERMO DE APRECIÇÃO

I. Do Recurso

Trata-se de recurso interposto por GOLDMED IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, ora recorrente, em relação ao resultado do Processo Licitatório nº 105/2022, Pregão Eletrônico nº 058/2022, RP nº 036/2022, cujo objeto é a aquisição de materiais específicos para realização de curativos, visando atender à demanda de pacientes com feridas cadastrados e atendidos nas Unidades de Saúde da Família, nos Postos de Saúde das Zonas Rurais e no Ambulatório Municipal no Centro Regional de Saúde "Santuário", registrado em ata de sessão pública eletrônica lavrada no dia 10/10/2022.

Insurge a recorrente contra decisão que a inabilitou no certame em epígrafe em face do não cumprimento de requisitos editalícios, notadamente envio de documentos de habilitação, bem como da decisão que habilitou outras empresas participantes do certame, empresas essas que em tese teriam infringido diretamente o disposto no item 07 do edital, notadamente a identificação da proposta.

Aduz a recorrente que sua inabilitação se deu em virtude de não ter apresentado a documentação solicitada que tange o envio da proposta inicial, em desatendimento ao que dispõe o item 7 do edital de licitação. Contudo, não teriam sido encaminhados junto à proposta o material informativo dos produtos, visto que o envio desses informativos identificaria a empresa GoldMed Import como empresa licitante.

Alega, ademais, que a empresa GoldMed Import seguiu todos os procedimentos descritos no que diz respeito ao envio da proposta, atendendo ao item 7.1.4 e, que, ao revés, as demais empresas licitantes, que concorreram diretamente com a GoldMed Import nos itens 05, 08, 09, 12, 13 e 14 infringiram diretamente as regras editalícias e determinações legais do processo licitatório, especificamente no que diz respeito ao item 7.1.4, ao inserir no sistema eletrônico em data anterior à abertura da sessão pública de 06/10/2022, proposta de preço que os identifica como licitantes.

Em suma, pontua a recorrente que não encaminhou, junto à proposta, os registros da ANVISA referentes aos produtos licitados pois identificariam a licitante, haja vista serem detentores dos registros dos produtos ofertados junto à ANVISA, e os informativos continham a logomarca da empresa; enquanto que as licitantes GEMEDICAL DO BRASIL PRODUTOS MÉDICOS LTDA, LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, QUALITY COMMERCE DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, INDAPHARMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA e ABASANTOS DISTRIBUIDORA LTDA anexaram, junto à plataforma BBMNET, propostas com cabeçalho que as identificavam.

Diante disso, requereu o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão recorrida, notadamente para reconsideração quanto à inabilitação da recorrente GOLDMED IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, bem como a



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

habilitação das licitantes GEMEDICAL DO BRASIL PRODUTOS MÉDICOS LTDA, LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, QUALITY COMMERCE DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, INDAPHARMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA e ABASANTOS DISTRIBUIDORA LTDA.

Em síntese, é o relatório.

II. Da admissibilidade

Conforme se depreende dos autos, a decisão sob reexame fora proferida durante sessão pública realizada às 09:30h (nove horas e trinta minutos) do dia 10/10/2022 (quinta-feira), através da plataforma eletrônica BBMNET, com a comunicação das licitantes acerca do resultado dos julgamentos das propostas e de habilitação.

Por consequência, o prazo recursal – 03 (três) dias, nos termos do art. 42, §1º, do Decreto Municipal nº 84/2021 e dos itens 10.20.14 e 13.1.1 do Edital – iniciou-se em 11/10/2022 (terça-feira), vindo a findar-se em 14/10/2022 (sexta-feira), em função do feriado de 12/10/2022.

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o recurso em apreço foi protocolizado na data de 10/10/2022, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

Outrossim, em conformidade com o disposto nos itens 10.20.15 e 13.1.2 do Edital, e de acordo com o registrado no chat da plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o prazo para contrarrazões – 03 (três) dias – iniciou-se em 17/10/2022 (segunda-feira), vindo a findar-se em 19/10/2022 (quarta-feira).

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, as licitantes ABASANTOS DISTRIBUIDORA LTDA., INDAPHARMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. e LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., apresentaram contrarrazões, respectivamente, em 13/10/2022, 17/10/2022 e 18/10/2022, combatendo o mérito recursal e pleiteando a improcedência do recurso.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse no manejo do apelo, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital e, segundo acima detalhado, de tempestividade, conhece-se do presente recurso e das contrarrazões apresentadas.

III. Do mérito recursal

III.1. Da decisão que inabilitou a licitante Goldmed Importação De Produtos Hospitalares Ltda.

A) DOS FUNDAMENTOS DE INABILITAÇÃO DA LICITANTE RECORRENTE

Alega a recorrente que foi inabilitada sob a “alegação de que a mesma não apresentou a documentação solicitada que tange o envio da proposta inicial”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Pois bem.

Em ata de sessão pública realizada no dia 06/10/2022 às 09:30horas, após a fase de lances, procedeu-se à fase de habilitação das licitantes provisoriamente identificadas como ganhadoras dos itens licitados. Após verificação de toda a documentação de habilitação anexada na plataforma BBMNET, foi constatada a inabilitação da empresa GOLDMED IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA mediante os seguintes fundamentos:

A documentação de habilitação da licitante GOLDMED IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. foi conferida e estava em desconformidade com o Edital, sendo declarada sua INABILITAÇÃO, ante os seguintes fundamentos: a) Apresentou declaração de que não emprega menor (item 8.81), declaração de que cumpre a cota de aprendiz (item 8.8.2), e declaração de que cumpre requisitos de habilitação (item 5.9) sem assinatura válida (documentos não assinados manualmente e/ou por assinatura digital autenticável); b) Deixou de apresentar registro dos itens (05, 08, 13, 14) na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/Ministério da Saúde e/ou comprovante de publicação no Diário Oficial da União – DOU, em desconformidade com item 8.7.4 do edital; c) Não apresentou comprovação de enquadramento como ME/EPP, para participação em itens exclusivos para ME/EPP (itens 05 e 08), na forma prevista nos itens 5.1 c/c 5.3 e 5.4 do Edital.

De plano, a alegação inicial da recorrente não merece prosperar. Isso porque, conforme registrado em ata e divulgado no chat da sessão pública virtual realizada na plataforma de pregão eletrônico da BBMNET, a inabilitação da recorrente não se deu em virtude de “não apresentação de proposta”. Ao contrário, a licitante foi inabilitada em função do envio de declarações com assinaturas inválidas, bem como não apresentação de registro na Anvisa para os itens 05, 08, 13 e 14; bem assim, ausência de comprovação de enquadramento como ME/EPP para participação em itens exclusivos (itens 08 e 08).

Inicialmente, cumpre esclarecer que as declarações “que não emprega menor (item 8.81), que cumpre a cota de aprendiz (item 8.8.2), e que cumpre requisitos de habilitação (item 5.9)” foram apresentadas com assinatura mediante a situação copia/cola. Diante disso, não há a menor possibilidade de se confirmar a autenticidade da assinatura, haja vista que a mesma não era manual e nem eletrônica, não sendo possível confirmar a veracidade de todo o alegado nas declarações, pois o ato de colar uma imagem com assinatura escaneada não comprova a integridade do arquivo.

Outro fato que levou à inabilitação da empresa GOLDMED IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA foi a não apresentação de comprovação de enquadramento como ME/EPP, para participação em itens exclusivos para ME/EPP (itens 05 e 08, bem como item de repasse nº12), na forma prevista nos itens 5.1 c/c 5.3 e 5.4 do Edital, qual seja, apresentação de Certidão Simplificada, declaração de enquadramento arquivada ou declaração, firmada por contador, de que se enquadra como Microempresa ou de Empresa Porte ou Equiparada a Micro, conforme modelo do ANEXO IV:

5.3.1 - Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da pequena empresa;

5.3.2 - Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da pequena empresa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

5.3.3 – Em todo caso, poderá o licitante, apresentar declaração, firmada por contador, de que se enquadra como Microempresa ou de Empresa Porte ou Equiparada a Micro, conforme modelo do ANEXO IV.

E, por fim, a empresa GOLDMED IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA deixou de apresentar registro dos itens (05, 08, 13, 14) na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/Ministério da Saúde e/ou comprovante de publicação no Diário Oficial da União – DOU, em desconformidade com item 8.7.4 do edital.

Por oportuno registrar que todos os documentos citados, conforme subitens do item 8 do edital, são de apresentação obrigatória, sendo requisitos de habilitação impostos explicitamente no edital, e com previsão de inabilitação também expressa, como se pode verificar:

8.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DECLARAÇÕES

(...)

8.7.4. Registro do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/Ministério da Saúde e/ou comprovante de publicação no Diário Oficial da União – DOU.

8.7.5. Declaração do licitante demonstrando a regularidade no cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme dispõe o art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, e para fins do disposto no art. 1º da Lei Federal nº 9.854, de 27/10/1999, combinado com o art. 1º do Decreto Federal nº 4.358, de 05/9/2002, e no objetivo de cumprir a exigência do Inciso V, do Artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21/6/1993, conforme modelo sugerido no ANEXO II.

8.7.6. Declaração do licitante demonstrando que cumpre a cota de menor Aprendiz conforme termos legais, conforme modelo sugerido no ANEXO V, facultativa ao licitante que atender à comprovação prevista nos itens 5.2 e 5.3 do Edital.

(...)

8.11. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em via autenticada previamente pela equipe de apoio, ou por cartório competente, ou ainda, autenticados digitalmente por cartórios competentes.

(...)

8.13. A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste edital inabilitará o licitante.

B) DO PRINCÍPIO DA NÃO IDENTIFICAÇÃO

Alegou também a recorrente que não foram encaminhados junto à proposta o material informativo dos produtos, visto que o envio desses informativos identificaria a licitante, pois os registros na ANVISA conteriam a logomarca da empresa, fato que seria vedado pelo item 7.1.4 do edital.

Pois bem. Prescreve o Edital do Processo Licitatório nº 105/2022, Pregão Eletrônico nº 058/2022, RP nº 036/2022, acerca da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação:

7. PROPOSTA COMERCIAL

7.1.4 - A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, acompanhada de eventual material informativo exigido, devendo a licitante tomar todos os cuidados para NÃO SE IDENTIFICAR, sob pena de ser desclassificada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Ademais, no item 8 do edital está claramente expresso que os documentos inseridos no sistema eletrônico somente serão acessíveis após término da fase de sigilo (fase de lances):

8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos de habilitação deverão ser inseridos obrigatoriamente no sistema, concomitantemente com a proposta comercial, na PLATAFORMA / PORTAL "BBM Net Licitações", sob pena de preclusão.

8.2. As declarações e os documentos relativos à habilitação dos licitantes, acompanhados, **preferencialmente, da proposta escrita de preços**, deverão ser encaminhados até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública., conforme previsto neste edital, por meio eletrônico (upload), nos formatos (extensões) "pdf", "doc", "xls", "png" ou "jpg", observado o limite de 6 Mb para cada arquivo, conforme regras de aceitação estabelecidas no Portal de Licitações BBMNET Licitações."

(...)

8.13. A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste edital **inabilitará** o licitante.

A empresa GOLDMED IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no dia 07/10/2022 enviou e-mails questionando a sua inabilitação, o qual foi devidamente respondido, esclarecendo que a respeito de reavaliação, os questionamentos deveriam ser feitos mediante propositura de recurso em momento oportuno. E-mails anexos ao processo.

A alegação da recorrente, de que o envio dos registros da ANVISA a identificariam não possuem embasamento, haja vista que nenhum registro de produtos/medicamentos na ANVISA/Ministério da Saúde e no Diário Oficial da União – DOU mostram qualquer logomarca de empresas, ou seja, impossível identificar qualquer licitante por meio do envio de tais documentos.

Além disso, conforme consta no item 8.21 do edital, todos os documentos de habilitação devem ser enviados por meio do sistema, em campo apropriado até a data estipulada para envio, e tais documentos são liberados para consulta apenas após a disputa de lances, já na fase de habilitação. Dessa forma, não cabe o argumento de que as empresas se identificariam com envio de propostas ou registro na ANVISA ou quaisquer outros documentos, já que impossível o acesso a qualquer documentação de habilitação anteriormente à fase de habilitação:

8.21. Os documentos de habilitação listados nos itens 8.4, 8.5, 8.6 e 8.7 deste instrumento deverão ser enviados pelos licitantes por meio do sistema, em campo apropriado e segregado da proposta comercial, até a data estipulada para envio, antes da abertura da sessão pública. **Tais documentos somente serão acessíveis à equipe de licitação após o encerramento da fase de lances, mantendo, assim, o sigilo das informações do licitante.**

Diante do alegado pela recorrente, não há condições de se acolher a tese recursal, porquanto decorrente de erro na interpretação das disposições do Edital.

Ante o exposto, à míngua de fundamento apto a ensejar sua reforma, deve ser mantida a decisão recorrida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

III.2. Da decisão que habilitou as licitantes Gemedical do Brasil Produtos Médicos Ltda., LM Farma Indústria e Comércio Ltda., Quality Commerce Distribuidora Hospitalar Ltda., Indapharma Comércio e Serviços Ltda. e Abasantos Distribuidora Ltda.

Alega a recorrente que as demais empresas licitantes, que concorreram diretamente com a GoldMed Import nos itens 05, 08, 09, 12, 13 e 14 infringiram diretamente as regras editalícias e determinações legais do processo licitatório, especificamente no que diz respeito ao item 7.1.4, ao inserir no sistema eletrônico em data anterior à abertura da sessão pública de 06/10/2022, proposta de preço que os identifica como licitantes.

Conforme já apontado em item anterior, o argumento de identificação com envio de proposta não merece prosperar.

Isso foi o que também pontuaram as licitantes LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, INDAPHARMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA e ABASANTOS DISTRIBUIDORA LTDA. em suas contrarrazões de recurso.

Esclarecem as recorridas que a identificação da licitante se caracterizaria na ocorrência de nominação no campo para preenchimento do sistema eletrônico, o que de fato não ocorreu. A identificação ocorreu apenas no arquivo de proposta, que foi anexado e vinculado aos documentos de habilitação, que são liberados para consulta somente após a disputa de lances, na fase de habilitação.

Em que pese redundante, por já ter sido analisado em tópico anterior, traremos novamente os dizeres do Edital do Processo Licitatório nº 105/2022, Pregão Eletrônico nº 058/2022:

7.1.4 - A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, acompanhada de eventual material informativo exigido, devendo a licitante tomar todos os cuidados para NÃO SE IDENTIFICAR, sob pena de ser desclassificada.

7.6. A Proposta de Preço, contemplando o valor unitário do objeto e a marca, deverá ser inserida em campo próprio no sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura das propostas, vedada a identificação do titular até a conclusão da fase de lances. 7.6.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos disponíveis.

7.25.1 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante. (destacamos)

10.4. Os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da etapa de lances, exclusivamente pelo meio eletrônico, observado o horário de duração e as regras estabelecidas neste edital, vedada a identificação do titular do lance. (destacamos)

10.7. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

10.7.1 - Qualquer identificação do participante acarretará a sua exclusão do certame. (destacamos)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

As disposições editalícias encontram respaldo no Decreto Municipal nº 84/2021 (art. 28, §5º), sendo uníssonas ao disposto no Decreto Federal nº 10.024/2019 (art. 30, §5º).

O sigilo da proposta consta no art. 3º, §3º, da Lei 8.666/93, aplicável subsidiariamente ao pregão por força do disposto no art. 9º, da Lei 10.520/02, e visa assegurar a concretização dos princípios da moralidade, competitividade, julgamento objeto e impessoalidade, minimizando os riscos de conluio e fraudes no certame.

O anonimato dos concorrentes entre si objetiva, ao menos em tese, eliminar o risco de prévio ajuste entre competidores. Por esse fato, é que a identificação é dada durante a fase de lances. Concluída tal fase, são declarados os vencedores e deflagrada a abertura da fase de habilitação.

Clarificante, pois, que na fase de habilitação as licitantes são identificadas para que seja possível realizar análise de suas condições habilitatórias. Por conseguinte, os documentos inseridos na plataforma de pregão eletrônico, sejam eles propostas, contratos sociais, certidões, registros na ANVISA, serão verificados na fase de habilitação, quando já é possível a identificação dos licitantes participantes.

Extraí-se do instrumento convocatório informações complementares referentes à apresentação da proposta comercial:

8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos de habilitação deverão ser inseridos obrigatoriamente no sistema, **concomitantemente com a proposta comercial**, na PLATAFORMA / PORTAL "BBM Net Licitações", sob pena de preclusão.

8.2. As declarações e os documentos relativos à habilitação dos licitantes, acompanhados, **preferencialmente, da proposta escrita de preços**, deverão ser encaminhados até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, conforme previsto neste edital, por meio eletrônico (upload), nos formatos (extensões) "pdf", "doc", "xls", "png" ou "jpg", observado o limite de 6 Mb para cada arquivo, conforme regras de aceitação estabelecidas no Portal de Licitações BBMNET Licitações. (destacamos).

Conforme se infere do Edital, notadamente itens 7.1.4 e 7.6, a proposta comercial (proposta de preços) deverá ser formulada e enviada em formulário específico – no caso da Plataforma BBMNET, inserida em campo próprio do sistema eletrônico –, mediante preenchimento dos campos disponíveis. Isso porque, ao dispor que "*As declarações e os documentos relativos à habilitação dos licitantes, acompanhados, **preferencialmente, da proposta escrita de preços** (...)*" (item 8.2), o Edital deixa nítido o caráter **facultativo** da apresentação da proposta escrita, **anteriormente ao término da etapa competitiva**.

Não sendo possível a identificação direta da licitante, não é o caso de desclassificação da proposta. Registra-se que por "identificação" entende-se qualquer menção, nos campos visíveis na plataforma eletrônica durante a fase de lances (marca e/ou chat), direta à razão social ou outro dado de identidade da empresa.

Invocando a jurisprudência, observa-se que diante de caso análogo, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR considerou que não comprovada a representação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

exclusiva da licitante vencedora, a apresentação de proposta com a denominação do produto contratado não importaria identificação da licitante. Confira-se:

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE DURANTE A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS. OFENSA AO EDITAL. DESCLASSIFICAÇÃO REGULAR. IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO.

01. Item 5.1.2 do Edital de Pregão Eletrônico nº 176/2014: vedação à identificação da licitante durante apresentação de propostas. Licitante que identificou produto que leva seu nome sem seguir orientação para que consignasse apenas o termo 'marca própria'.

02. Consonância do objeto licitado com o objeto do contrato social da licitante vencedora.

03. Não comprovada a representação exclusiva da licitante vencedora. Proposta vencedora com a denominação do produto contratado não importou identificação da licitante. Improcedência da representação. (Acórdão: 1387/2017-Tribunal Pleno, Processo: 723375/14, Relator: IVENS ZSCHOERPER LINHARES, Data de Publicação: 06/04/2017, Data da Sessão: 30/03/2017)

Raciocínio semelhante deve prevalecer no caso em apreço, prestigiando-se no presente certame a **ampla competitividade**, mediante ampliação do universo de competidores, e o **formalismo moderado** no que concerne à verificação dos elementos das propostas.


Em suma, a conclusão que se alcança é que as alegações da recorrente encontram-se desprovidas de elemento probatório que demonstre concreta e objetivamente sua verossimilhança. Lado outro, o contexto fático-processual acima delineado aponta no sentido da improcedência da tese recursal.

IV. Conclusão

Diante de todo o exposto, a Pregoeira em substituição resolve:

- a) **Conhecer** do recurso interposto pela empresa GOLDMED IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e, diante da insubsistência dos fundamentos do apelo, **manter** a decisão recorrida;
- b) Em obediência ao disposto no art. 15, inciso VII, do Decreto Municipal nº 84/2021, encaminhar os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.

Conselheiro Lafaiete/MG, 21 de outubro de 2022.


Isabella Gomes de Vargas Lima
Pregoeira em Substituição